

# O migrante e o voto

## Migrante vota diferente?

CASO DA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DE SÃO PAULO EM 1988

Antônio Flávio Pierucci\*

Reginaldo Prandi\*

Foto: Informar/Valdir Afonso





## 1. A PESQUISA

**E**m outubro de 1988, quase ao final das campanhas eleitorais para as Prefeituras, os editores de Travessia nos solicitaram um artigo a respeito do voto do migrante. Nessa ocasião o processo eleitoral vinha sendo aferido, quase semanalmente, por diferentes institutos de pesquisa. As sondagens traziam não apenas as taxas de intenção de voto, mas também grande massa de informações sobre idade, sexo, escolaridade e posição sócio-econômica dos eleitores de cada candidato. Eleições municipais, várias eram as cidades que vinham sendo pesquisadas.

Visando exatamente a gerar informações que nos permitissem comparar o voto do eleitor nativo, isto é, nascido no município, com o voto do migrante, fizemos, como professores do Departamento de Sociologia da USP, contato com o Data Folha, departamento de pesquisa do jornal Folha de S. Paulo, dirigido pelo sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes (também aluno pós-

graduando do Departamento de Sociologia), o qual concordou imediatamente, com vivo interesse pelo tema, em incluir, entre os quesitos de uma pesquisa eleitoral do Data Folha, questões sobre o local de origem do eleitor e seu tempo de residência no município a ser pesquisado.

São Paulo é o município brasileiro onde vive — e vota — o maior conjunto absoluto de migrantes. O peso político do eleitorado da capital paulista, todos sabem, tem importância de âmbito nacional, pois reúne cerca de 8% do colégio nacional de eleitores e um terço do estadual. Seus eleitores, desde a extinção do pluripartidarismo pelo regime militar, desde 1974 vinham votando preferencialmente no MDB (depois PMDB), constituindo um pólo decisivo de oposição à Arena (depois PDS), até a eleição, em 1985, de Jânio Quadros pela coligação PTB-PFL, na primeira eleição direta para a Prefeitura Municipal no período pós-65. Foi também a partir de São Paulo que o PT consolidou-se como partido capaz de angariar expressiva massa de votos, o que fazia dele um partido de esquerda eleitoralmente

Foto: Arquivo CEM

Foto: Arquivo CEM





Foto: Arquivo CEM



viável. Decidimos, pois, estudar o voto do migrante em São Paulo — neste município onde mais da metade dos eleitores são provenientes de outras localidades: 19% do interior do próprio Estado; 35% originários dos outros Estados.

As perguntas sobre origem regional foram introduzidas na pesquisa realizada em 5 e 6 de novembro, dez dias antes das eleições. Os resultados aqui apresentados são, portanto, fruto do interesse do Data Folha diante da questão para a qual os editores de Travessia nos despertaram. Os dados estão sendo aqui publicados em primeira mão e, a nosso ver, trazem uma novidade interessante: pela primeira vez, na área da sociologia eleitoral no Brasil, os migrantes foram separados por grupos conforme suas diferentes regiões de origem, a saber: nativos (paulistanos), paulistas do interior, nordestinos, nortistas, sulistas, os do Centro-Oeste e os dos demais Estados do Sudeste (mineiros na maioria, com pequena contribuição de fluminenses e capixabas). Por questão de espaço, selecionamos

neste artigo apenas parte dos resultados, privilegiando certas questões que nos pareceram relevantes, num momento em que o resultado final da eleição de 1988 já trouxe à cena temáticas políticas de certo modo novas e que parecem ter-se constituído em pautas que marcarão presença no processo político-eleitoral em curso. Afinal de contas, a capital paulista, a maior cidade brasileira e a que reúne o maior contingente de eleitores nordestinos, elegeu uma prefeita nordestina. Uma prefeita nordestina e do PT. Não têm sido poucos os fatos políticos novos daí decorrentes.

A seleção dos dados da pesquisa do Data Folha e as interpretações aqui apresentadas, convém dizer, são de responsabilidade única dos autores.

Em pesquisas anteriores que trataram o voto dos migrantes, estes tiveram de ser, na etapa de análise, reunidos em categorias bastante agregadas — como “migrantes intra-estaduais” e migrantes “interestaduais” (Muszynski, 1986) —, uma vez que os tamanhos de amostra não permitiam



cruzamentos mais específicos. Nesta pesquisa, antevendo-se esse problema técnico, ampliou-se a amostra para dois mil eleitores, cobrindo-se os 178 distritos eleitorais da capital.

O primeiro resultado mostrou que o contingente de eleitores migrantes aumentou bastante de 1982 para 1988, em boa parte devido ao recadastramento nacional dos eleitores realizado em 1986. De 1982 para 1988, os eleitores nativos decresceram de 54% para 46%. No período, os paulistas do interior cresceram de 16% para 20% e os migrantes de outros Estados, de 30% para 34%. Em 1988, do total de eleitores, nada menos que 19% eram nordestinos, 9% de outros Estados do Sudeste, 4% eram do Sul e 2% dos Estados do Norte e do Centro-Oeste (os estrangeiros eleitores eram pouquíssimos). Assim, a capital paulista conta com mais de um milhão de eleitores nordestinos superando em cerca de 200 mil o eleitorado de Salvador (BA), o maior colégio eleitoral do Nordeste.

## 2. O QUE JÁ SE SABIA

Os primeiros estudos sociológicos que associaram o fenômeno das migrações internas para as cidades com a conduta política foram aqueles que se preocuparam em compreender o período populista da vida política brasileira, marcado pela relação direta entre as massas urbanas e certas lideranças personalistas. Assim, o varguismo, o ademarismo, o janismo, o janguismo etc. são vistos como movimentos políticos que não podem ser entendidos sem referências à mobilização geográfica de grandes contingentes de trabalhadores pobres do campo para a cidade, e de Estados mais pobres para as grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de industrialização do país e a urbanização acelerada dos grandes centros, ao afetarem diretamente a vida de partes substanciais da população, deslocando-as de seus lugares de origem para fixá-las na cidade grande, teriam assim quebrado certos vínculos sociais, econômicos, psicológicos e políticos que prendiam essas populações ao poder local dos "coronéis", liberando-as para novos padrões de socialização e comportamento, inclusive comportamento político. A esse conjunto de processos estruturais que possibilitaram, simultaneamente, a emergência das classes populares como atores-chave no processo político brasileiro (e latino-americano) e o surgimento de novas elites políticas, os sociólogos deram o nome de processo de "mobilização social"

(Deutsch, 1961; Germani, 1965).

Mesmo aqueles autores que enfatizam o lado de "manipulação" das massas populares como traço essencial do populismo reconhecem, no entanto, que não se pode entendê-lo se se pensam suas bases de apoio apenas como "massas de manobra". Deve-se pensar o período populista como um período de emergência política popular e, por conseguinte, pensar as massas recém-urbanizadas como exercendo sobre as elites uma pressão social "de baixo para cima". A manipulação populista só foi possível quando envolveu algum grau de resposta à expressão dos interesses sociais das massas populares emergentes no mundo urbano-industrial (Weffort, 1978). E, de seu lado, a própria adesão das classes populares a formas populistas de comportamento político representava uma liberação desses setores sociais em relação aos padrões tradicionais de submissão aos chefes políticos locais. Os movimentos migratórios para as grandes cidades foram cruciais para essa mudança. Assim, é possível dizer que o impacto das migrações "campo — cidade — cidade grande" sobre a estrutura política brasileira e sobre o processo político-eleitoral passa pelo impacto da vida urbana moderna sobre os migrantes, assim como pelo impacto dos fluxos migratórios massivos e contínuos sobre a vida urbana e a infra-estrutura das grandes cidades. As análises do período populista nos ensinam que a chegada de enormes contingentes de indivíduos em busca de emprego e moradia na grande cidade não pode deixar de provocar alterações importantes nos rumos da vida política urbana e, por decorrência, nacional.

Por outro lado, os cientistas sociais sabem que os alinhamentos políticos dos eleitores com este ou aquele partido, com esta ou aquela liderança política, são condicionados pelas desigualdades de condições de vida das populações. Por isso as migrações, ao acentuarem os contrastes sócio-econômicos entre os moradores da cidade por um lado, e, por outro, ao aumentarem o peso numérico dos setores menos favorecidos (ampliando as camadas sociais mais pobres e aumentando as demandas por infra-estrutura urbana, emprego, moradia e serviços sociais), interferem de modo inevitável na dinâmica partidária e eleitoral de uma cidade.

Foi assim que, nas eleições realizadas durante o período bipartidário (1965-1979), o que se constatou nos grandes centros ur-



banos foi a predominância crescente do voto oposicionista, sinônimo, nessa época, de voto no MDB. Acontece porém que, dentro do eleitorado urbano, foram os moradores dos bairros mais carentes e periféricos os que em maior número aderiram ao MDB, sigla que a partir de 1974 pôde, assim, ostentar os títulos de "partido dos pobres" (em oposição à Arena, o "partido dos ricos" nas grandes cidades) e de "partido do povo" (em contraposição à Arena, o "partido do governo") (Lamounier, 1980). O voto oposicionista não carregava apenas protestos contra a situação geral do país sob o regime militar, mas também anseios e expectativas de mudança em todos os sentidos, no plano político-institucional, na esfera econômica e na administração local. Protestos e anseios que emergiam majoritariamente das massas trabalhadoras empobrecidas dos grandes centros urbanos, residentes nas periferias, local de fixação dos migrantes provenientes das regiões mais pobres do país.

Convém notar que o maior emedebismo dos eleitores migrantes pobres, na São Paulo dos anos 70, não é meramente uma conclusão deduzida da conduta eleitoral das camadas trabalhadoras residentes nas periferias. Com base em pesquisas amostrais para 1974 e 1978, a socióloga Judith Muszynski constatou maior identificação com o MDB entre "aqueles mais pobres que, de alguma forma, rompiam a situação de alheamento e se integravam mais nos padrões urbanos de orientação ideológica. (...) Com efeito, mesmo considerando-se a

enorme heterogeneidade social que o oposicionismo comportava, provocando as avalanches de votos ao MDB em 1974 e 1978, entre os migrantes interestaduais o apoio ao 'partido do povo' nesse período foi mais amplo. Assim, excluídos os que não manifestaram nenhuma preferência entre os dois partidos, Arena ou MDB, a opção pelo partido de oposição é mais freqüente entre esses migrantes." (Muszynski, 1986, pp. 129 e 130) Onde se conclui que as migrações de outros Estados para São Paulo no período do regime militar, tal como no período populista, continuam a jogar a favor das grandes políticas mais progressistas e mudancistas, que contemplavam mais diretamente os interesses das classes populares e suas insatisfações com o regime militar e sua política econômica.

### 3. O MIGRANTE E O ESPAÇO DA CIDADE

Identificar o bairro de residência do eleitor na cidade de São Paulo é um meio bastante prático e informativo de conhecer aspectos básicos de suas condições de vida. Com base nos agregados de bairros que guardam entre si certas semelhanças sociais e econômicas, a que se dá o nome de "áreas homogêneas", podemos fazer referência a essas condições de vida de forma bastante sintética (Lamounier, 1980; Prandi, Pierucci e Mendes, 1985). A área homogênea 1 (AH1) reúne os bairros onde melhor se mora e se vive em São Paulo, os quais formam uma verdadeira ilha de bairros contíguos onde se podem encontrar os melhores serviços (e melhor infra-estrutura

#### DISTRITOS E SUBDISTRITOS DE SÃO PAULO POR ÁREA HOMOGÊNEA (AH)

AH1 (mais rico)	AH2	AH3	AH4	AH5 (mais pobre)
Cerqueira César	Sé	Casa Verde	Tucuruvi	E. Matarazzo
Bela Vista	Liberdade	Santana	Vila Maria	S. Miguel Paulista
Consolação	Cambuci	Vila Guilherme	Cangaíba	Itaquera
Pinheiros	Bela Vista	Penha	Vila Matilde	Itaim Paulista
Perdizes	Brás	Tatuapé	Vila Formosa	Guaianases
Lapa (Alto)	Mooca	Alto da Mooca	Vila Prudente	Socorro
Vila Madalena	Belenzinho	Ipiranga	Santo Amaro	Parelheiros
Jardim América	Santa Efigênia	Jabaquara	Limão	V. Nova Cachoeirinha
Jardim Paulista	Pari	Butantã	Freguesia do Ó	Brasilândia
Pinheiros	Bom Retiro	Vila Jaguara	Pirituba	Jaraguá
Indianópolis	Barra Funda			Perus
Ibirapuera	Santa Cecília			
Vila Mariana	Lapa de Baixo			
Saúde				
Acimação				



urbana). A área homogênea 2 (AH2) é constituída pelos bairros do centro velho e adjacências. É a mais antiga região de ocupação da cidade e, apesar de contar com boas condições de infra-estrutura, a AH2 residencialmente é bastante deteriorada, com grande densidade de cortiços. A AH3 aglutina bairros a meio caminho em direção aos quatro cantos da cidade, já bem definidos no final dos anos 40. Mais distantes estão os bairros que formam a AH4 e, nos extremos da cidade, aqueles que compõem a AH5. Estes representam a periferia mais precária da cidade. Quando se caminha da AH1 para a AH5, constata-se com facilidade a queda nos padrões de moradia e serviços urbanos de toda sorte, embora possamos encontrar aqui e ali situações contrastantes, como uma favela na AH1 ou um condomínio fechado de luxo na AH4. Para melhor situar-se, o leitor pode se valer do esquema acima apresentado.

Os nascidos em São Paulo e os migrantes distribuem-se de forma desigual pelas áreas homogêneas. Assim, os eleitores nativos (paulistanos), que representam 53% dos moradores da AH1 e da AH3, caem para 41% na AH2, sobem para 46% na AH4 e chegam a apenas um terço na AH5 (33,3%). Ou seja, as piores áreas são relativamente mais ocupadas por migrantes. Os paulistas do interior são 20% nas AH1 e AH3, 28% na deteriorada AH2, 19% na AH4 e apenas 17% na AH5. São preferencialmente os migrantes de outros Estados os que mais ocupam as áreas periféricas. Esse perfil é bastante nítido para os migrantes do Nordeste: eles são 12% na AH1, 14% na AH3, 15% na AH2, 21% na AH4 e 31% na AH5.

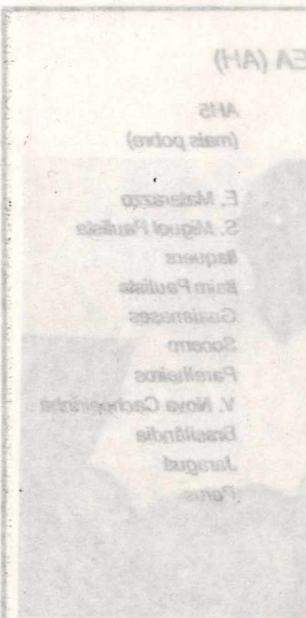
A tendência mais geral é a de que os nativos se fixem mais nos melhores bairros e, os migrantes, nos piores, sendo que os migrantes de outros Estados, comparados aos paulistas do interior, sofrem mais fortemente essa distribuição, morando mais nas periferias. É claro que o tempo de migração, assim como a origem social do próprio nativo, é fator importante que pode alterar essa relação em nível individual, mas não a ponto de apagar a tendência mais geral.

O tamanho das populações de cada área homogênea é diferente, de sorte que cada uma tem peso diferente no conjunto do eleitorado da capital. A AH1, a mais rica, contribui com 11,6% dos eleitores da capital. A AH2, região bastante ocupada pelas instalações de serviços e setores de

armazenamento, carga e entrepostos atacadistas, contém apenas 4,0% dos eleitores. Na AH3 estão 19,0%, na AH4 residem 28,0% e na AH5 moram 37,4% dos eleitores. É fácil perceber, portanto, como o peso das periferias é decisivo numa eleição local. E por serem essas áreas as que concentram as maiores proporções de migrantes, sobretudo os de outros Estados (especialmente os nordestinos), não é menos fácil atinarmos para o fato de que o voto do migrante enquanto morador da periferia — lá onde a militância política e os movimentos populares têm marcado presença visível e contínua — é especialmente importante na decisão eleitoral. A decisão do eleitor da periferia em favor deste ou daquele candidato ou partido é fundamental para definir o resultado de uma eleição. As urnas de 15 de novembro mostraram que foram justamente as áreas AH4 e AH5 as que deram a vitória a Luiza Erundina, áreas antes tradicionalmente peemedebistas, ainda que também regiões importantes para o voto petista desde 1982, especialmente no Leste e no Sul. A presente pesquisa demonstrou que a vitória da candidata do PT, só definida na virada do dia 14 para o dia 15 de novembro, teve de esperar a decisão dessas áreas, onde o voto levou mais tempo para ganhar uma definição, o que discutiremos a seguir.

#### 4. O MIGRANTE E A DECISÃO DO VOTO

O fato de que as eleições majoritárias em São Paulo a partir de 1974 tenham favorecido diferentes forças políticas — de 1974 até 1982 o (P)MDB, em 1985 o janicismo, em 1986 um grande empresário sem vinculações partidárias anteriores (Antônio Ermírio bateu Quércia no município de São Paulo), e finalmente, em 1988, o PT, representado por uma migrante nordestina — indica, antes de mais nada, um pluralismo de fato no eleitorado paulistano, que se tem concretizado em curiosa rotatividade entre os mais votados. Ao mesmo tempo em que esse fato confirma a tendência da capital a votar em candidaturas de oposição (seja oposição pela direita, pela esquerda ou pelo centro), ele revela que a cada nova eleição ocorrem novos alinhamentos. Nestes, acaba tendo um peso decisivo o chamado eleitor “flutuante” ou “volátil”. Grande parcela dos eleitores decide seu voto diferentemente em cada conjuntura, sem muita fidelidade a partido ou a lideranças políticas personalistas, ou mesmo a outros grupos aos quais pertencem.





çam, como classe social, religião, etnia, idade ou mesmo região. Uma boa parcela de votos, suficiente para fazer pender a balança para este ou aquele lado, provém desse eleitorado "flutuante" ou "volátil". Até 1988, as eleições se realizavam em um só turno. Ora, numa sistemática eleitoral de um só turno, que dá vitória a quem alcançar maioria simples, o peso dos eleitores que calculam suas opções em função do momento, de julgamentos e avaliações imediatas, torna-se decisivo. Acaba decidindo as eleições. Ditó de outro modo, são os eleitores indecisos que decidem uma eleição muito disputada. Todo político sabe disso.

Mas quem são os indecisos? E quem foram os indecisos em 1988? Normalmente, nas campanhas eleitorais, demoram muito tempo a decidir os votos os eleitores de renda mais baixa, de menor grau de instrução, de idade mais avançada, do sexo feminino e os que não trabalham. Entre as mulheres, a indecisão costuma ser maior e mais longa entre as donas-de-casa do que entre as que exercem atividades remuneradas fora do lar. Esses traços genéricos do eleitor indeciso repetiram-se também nas

eleições de 1988 para a Prefeitura de São Paulo, caracterizada por um processo de decisão que somente veio a se acelerar às vésperas do pleito, provocando enorme — e imprevisível — reviravolta nos resultados que se desenhavam no correr dos meses de campanha.

Esta pesquisa trouxe resultados interessantes sobre o tempo de decisão (ou indecisão) dos eleitores. Realizada dez dias antes das eleições, a pesquisa aferia a intenção de voto por uma primeira pergunta, em que não se fornecia o nome dos candidatos (sem cartão), e por uma segunda, em que um disco com o nome de todos os candidatos era mostrado ao entrevistado (com cartão).

Nas respostas sem o estímulo do cartão, 32% do total da amostra não sabiam dizer em quem votariam. Os mais indecisos eram os nordestinos (42%), seguidos dos migrantes de outros Estados do Sudeste, grupo predominantemente de mineiros (39%), e, em terceiro lugar, os nascidos no interior de São Paulo (33%). Os menos indecisos eram os nativos da capital (26%), seguidos de perto pelos migrantes do Sul (27%).

Foto: Informar/Munilo Costa Santos





Entre os paulistanos registrou-se um fato, curioso quanto ao fator idade: a taxa de indecisão não se alterava com a idade. Entre os migrantes, contudo, a indecisão aumentava com a idade. Entre os nordestinos com mais de 40 anos de idade, os indecisos chegaram a ser quase a metade (48%), enquanto que entre os jovens de até 24 anos eram apenas 26%. Para os migrantes sudestinos as taxas de indecisões eram de 39% entre os mais velhos e de 25% entre os mais jovens.

Por sexo, as taxas de indecisão eram sistematicamente maiores para as mulheres, quer paulistanas, quer migrantes. As mulheres indecisas eram, em primeiro lugar, as do grupo nordestino (43%), em segundo as mineiras e de outros Estados do Sudeste (41%) e, em terceiro, as migrantes paulistas do interior (38%). Nativas e migrantes do Sul apareciam na casa dos 32%. Entre os homens nativos, apenas 20% estavam indecisos, e 21% entre os sulistas, cifras bem inferiores às das mulheres dos mesmos grupos de origem. Aliás, taxas bem inferiores de indefinição em comparação com as mulheres da mesma origem regional apresentaram também os homens migrantes do interior de São Paulo e os do Sudeste. Apenas entre os nordestinos a taxa de indefinição entre os homens se equiparava à das mulheres (42% e 43%, respectivamente).

Por escolaridade, nos diferentes grupos de migrantes, a indecisão tendia sistematicamente a diminuir com o acréscimo nos níveis de instrução. Considerando-se os menos escolarizados, as taxas de indefinição eram de 43% para nordestinos, 35% para os paulistas do interior e 30% para os nativos. Chamou a atenção o fato de que no grupo de nordestinos com educação além do segundo grau a porcentagem de indecisos se mantinha muito alta, em 29%.

Na pergunta feita com cartão, a apenas dez dias da eleição, as taxas de indecisão caíam para a média de 7% em toda a amostra. Apesar disso, as tendências diferenciadas anteriores se mantiveram, só que ficaram mais nítidas entre os nordestinos.

Diante desse quadro, é possível dizer que, nas eleições de 1988, na capital paulista, os migrantes nordestinos foram os últimos a decidir seu voto. As mulheres nordestinas demoraram ainda mais que os homens. Os nordestinos mais pobres, menos escolarizados e mais velhos permaneceram mais tempo indecisos que seus conterrâneos de melhores condições e mais

jovens. Ora bem, quando se sabe que a eleição da paraibana Luiza Erundina definiu-se nos derradeiros dias (ou horas) da campanha, não há dúvidas de que os resultados desta pesquisa permitem conjecturar com certa plausibilidade que boa parte dos votos decisivos que, na última hora, levaram Luiza Erundina ao cargo de prefeita, e o PT ao poder municipal, vieram de nordestinos que, massivamente, engrossaram as fileiras dos trabalhadores mais pobres, residentes nos bairros mais distantes e mais carentes da capital. Não foram votos no PT, mas em Luiza.

## 5. OS MIGRANTES E OS CANDIDATOS

A dez dias das eleições, mostrava esta pesquisa que a posição dos candidatos melhor posicionados era a seguinte: em primeiro Paulo Maluf, com 28%, em segundo João Leiva, com 18%, em terceiro Luiza Erundina, com 14%, em quarto José Serra, com 10%, e em quinto João Melão, com 7%.

No final de outubro, pelas pesquisas do Data Folha, Luiza Erundina tinha 12% das intenções de voto. Em 5 de novembro subia para 14%. Era o começo de sua disparada rumo à Prefeitura, pois no dia 9 já aparecia com 17% das preferências, subia para 20% nos dias 11 e 12, empatava com Maluf no dia 14, com 25%, vencendo no dia seguinte com 30% (29,8%, precisamente).

Nesta pesquisa do dia 5, a marca média de Maluf era de 28%. Entretanto, no contingente dos eleitores nativos da capital, a opção por Maluf era maior: 31%. Os votos para Maluf entre paulistas do interior perfaziam os 28% de sua média. Mas, nos grupos de migrantes vindos de outros Estados, as preferências por Maluf ficam bem abaixo disso: 23% entre os do Sudeste e 22% entre os nordestinos e sulistas.

João Leiva (PMDB), candidato do governador Quéricia, com a média de 18%, era nesse momento o preferido dos nordestinos, que lhe davam nove pontos acima de sua média: 27%. A eles seguiam-se, na preferência por Leiva, os migrantes do Sul (24%), os do Sudeste (23%) e os paulistas do interior (22%). Nesses grupos, todos migrantes, o percentual de Leiva era, portanto, sempre superior a sua média. Eram os paulistanos, que preferiam Maluf e davam apenas 12% ao candidato do governador, os que baixavam a média de Leiva para os 18%.

A dez dias das eleições, Luiza Erundina tinha 14% das intenções de voto na média



geral, exatamente a taxa que lhe atribuíam os eleitores nascidos na capital. Mas os migrantes do Sul lhe davam 18% e os nordestinos 16%. Seus pontos caíam bastante entre os migrantes do Sudeste, em que preponderam os mineiros, com 11% de intenção de voto em seu nome, e mais ainda entre os migrantes provenientes do interior de São Paulo, entre os quais a taxa de intenção de voto em Erundina era de apenas 9%. Erundina melhorava sua cotação, portanto, entre aqueles grupos que formavam os maiores núcleos de votos não-decidi- dos e cujo peso no eleitorado é grande. Os resultados das urnas (colhidos dez dias depois deste levantamento) viriam mostrar que foi justamente essa "predisposição" que veio a dar a vitória a Erundina, assim como o fato algo desconcertante de que, na hora decisiva, quando a disputa polarizou-se entre Erundina e Maluf, uma boa fatia do eleitorado dito "esclarecido", dos bairros mais ricos, que em eleições passa-

das havia votado em candidaturas progressistas, optou por Maluf, na hora "h".

(\*) Departamento de Sociologia, USP.

## Bibliografia

**DEUTSCH, Karl (1961).** Social mobilization and political development. *American Political Science Review*, nº. 3, setembro.

**GERMANI, Gino (1965).** Política y sociedad en una época de transición. Buenos Aires, Paidós.

**LAMOUNIER, Bolívar (1980).** O voto em São Paulo, 1970-1978. In: Idem (org.), *Voto de desconfiança*. Petrópolis, Vozes.

**MUSZYNSKI, Maria Judith B. (1986).** O impacto político das migrações internas: o caso de São Paulo (1945-1982). São Paulo, Idesp.

**PRANDI, Reginaldo, PIERUCCI, Antônio Flávio e MENDES, Antônio Manuel (1985).** A definição social do voto: São Paulo, 1985. Águas de São Pedro, IX Encontro Anual da Anpocs, mimeo.

**WEFFORT, Francisco (1978).** Urbanização, migração e populismo. In: Idem, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Foto: Informar/Munilo Costa Santos

